



Município de Macapá

Diário Oficial

DECRETO Nº 526/91 DE 27 DE NOVEMBRO DE 1991 - ANO VIII - Nº 3703

Macapá - Amapá - 05 de Dezembro de 2019

PREFEITURA DE MACAPÁ
Clécio Luis Vilhena Vieira
Prefeito de Macapá

Vice-Prefeita de Macapá
Raimundo Sérgio Moreira de Lemos
Secretário Municipal do Gabinete do Prefeito
Charles William de Souza Rul Seco
Comandante da Guarda Civil Municipal de Macapá

SECRETÁRIOS
Jorge da Silva Pires
Secretário Especial da Governadoria - SEGOV
Dejalma Espírito Santo Ferreira Teixeira
Secretário Especial de Coord. das Sub-Prefeituras
Paulo Jorge Viana de Brito
Subprefeito da Subprefeitura da Zona Norte
Iziane Launé de Oliveira - Int. e acumulativamente
Secretário Mun. para Ass.Extraordinário - SEMAE
Carlos Michel Miranda da Fonseca
Secretário Municipal de Administração - SEMAD
Jesus de Nazaré de Almeida Vidal
Secretário Municipal de Finanças - SEMFI
Paulo Sérgio Abreu Mendes
Secretário Municipal de Planejamento e Coord. Geral - SEMPLA
Sandra Maria Martins Cardoso Casemiro
Secretária Municipal de Educação - SEMED
Mônica Cristina da Silva Dias
Secretária Mun.de Assist.Soc.e do Trabalho-SEMAST
Richardson Régio da Silva
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEMDEC
Silvana Vedovelli
Secretária Municipal de Saúde - SEMSA
John David Belique Covre
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana - SEMOB
Claudiomar Rosa da Silva-Int. e acumulativamente
Secretário Municipal de Manutenção Urbanística - SEMUR
Luis Otávio de Figueiredo Campos
Secretário Municipal de Desenv. Urbano e Habitacional - SEMDUH
Claudiomar Rosa da Silva
Secretário Esp. de Ilum. Pública - SEIP
Marcio Roberto Pimentel de Sousa - acumulativamente
Secretário Municipal de Meio Ambiente - SEMAM
Taisa Mara Morais Mendonça
Procuradora Geral do Município - PROGEM
Janusa Nogueira Rodrigues
Corregedora Geral do Município - CORGEM
Nair Mota Dias
Controladora Geral do Município - COGEM
Maykom Magalhães da Silva
Diretor-Presidente do Instituto Municipal de Política de
Promoção da Igualdade Racial - IMPROIR
Richard Madureira da Silva
Diretor-Presidente do Parque Zoológico Municipal - FPZM

DIRETORES DE EMPRESAS
Franco Aurélio Brito de Souza
Diretor Presidente da MacapáPrev
Jamaíra da Silva Ferreira
Diretora Presidente da EMDESUR
André Luiz Alves de Lima
Diretor Presidente da CTMac

EXPEDIENTE

O D.O.M. poderá ser encontrado na Divisão de Imprensa Oficial do Município, Departamento de Administração Financeira da SEMAD-PMM.

REMESSAS DE MATÉRIAS

As matérias a serem publicadas no Diário Oficial do Município, somente serão aceitas se apresentadas das seguintes medidas: 8 cm de largura para 2 colunas, 17 cm de largura para 1 coluna no caso de balanços, tabelas e quadros.

RECLAMAÇÕES

Deverão ser dirigidas por escrito, ao GAB da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD/PMM, até 8(oito) dias após a publicação.

LEI

LEI Nº 2.375/2019 - PMM

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - CMLGBT, DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, NO AMAPÁ (CONSELHO LGBT - MACAPÁ), NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Macapá:
Faço saber que a Câmara Municipal de Macapá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais CMLGBT - órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, no âmbito de suas competências vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho - SEMAST, e têm por finalidade, respeitadas as demais instâncias decisórias e as normas de organização da administração municipal, formular, propor diretrizes de ação governamental, em âmbito municipal, voltadas para o combate à discriminação e para promoção de defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT.

Art. 2º Compete ao CMLGBT:

I - participar da organização de critérios e parâmetros de ação governamental que visem assegurar as condições de igualdade a população LGBT;

II - elaborar, avaliar e apresentar sugestões em relação ao desenvolvimento de programas ações governamentais;

III - propor ações, prioridades, prazos e metas do Plano Municipal de Promoção da Cidadania e de Direitos Humanos, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais,

Conferências Municipais, Congresso do Povo e documentos norteadores da política LGBT;

IV - apresentar sugestões para elaboração do planejamento plurianual do Governo do Município, o estabelecimento de diretrizes orçamentárias e para a alocação de recursos no orçamento anual do Município, visando decisões governamentais à implantação de políticas para a promoção dos direitos da população LGBT;

V - efetuar e receber denúncias que envolvam fatos e episódios discriminatórios contra lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros encaminhando-os aos órgãos competentes para as providências cabíveis, além de acompanhar os procedimentos pertinentes;

VI - propor, e incentivar a realização de campanhas destinadas à promoção da diversidade sexual, dos direitos da população LGBT e o enfrentamento à discriminação LGBT fóbicas;

VII - desenvolver ação integrada e articulada com o conjunto de Secretarias e demais órgãos públicos, visando à implementação de políticas públicas comprometidas com a superação das discriminações e desigualdade, devido à orientação sexual, expressão de gênero e à identidade de gênero;

VIII - elaborar sugestões para o aperfeiçoamento da legislação vigente;

IX - propor realização de estudos, debates e pesquisas sobre a temática da diversidade sexual e direito da população LGBT;

X - pronunciar-se sobre matérias que lhe sejam submetidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho - SEMAST;

XI - escolher, dentre os seus membros de forma democrática o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos LGBT;

XII - fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação em vigor no que for pertinente aos direitos assegurados à população LGBT;

XIII - promover canais de diálogo institucionais entre Conselho Municipal dos Direitos LGBT e a sociedade civil organizada;

XIV - elaborar, apresentar, dar publicidade ao relatório anual de todas as atividades desenvolvidas pelo Conselho no período, encaminhando-o ao Prefeito Municipal de Macapá e aos demais poderes e a sociedade civil;

XV - fomentar o estabelecimento de laços de cooperação entre o conselho e as instituições acadêmicas, autárquicas, organizações profissionais, empresariais, culturais e outras relacionadas às suas atividades para a melhoria de propostas acerca das políticas públicas voltadas para a população LGBT;

XVI - elaborar seu regimento interno e encaminhá-lo para homologação.

§ 1º Poderá o Conselho manter contato direto com as diversas Secretarias, Autarquias e Empresas do Governo do Município, objetivando o efetivo suporte para as propostas

a Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho - SEMAST.

§ 2º A estrutura do Conselho será regulamentada pelo regimento interno.

CAPITULO II

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CMLGBT, será constituído de vinte (20) membros titulares, mediante participação paritária de representantes de Órgãos Públicos Municipais e da Sociedade Civil, com seus respectivos suplentes a seguir:

I - Representantes do Poder Público;

a) Gabinete do Prefeito;

b) Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho - SEMAST;

c) Secretaria Municipal de Educação - SEMED;

d) Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA;

e) Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral - SEMPLA;

f) Fundação Municipal de Cultura de Macapá - FUMCULT;

g) Guarda Municipal;

h) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEMDEC;

i) Instituto Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - IMPROIR;

j) Instituto Municipal de Turismo - MACAPATUR.

II - Pela Sociedade Civil, 10 (dez) representantes indicados por segmentos selecionados por meio de processo seletivo público, cuja representação contemple os segmentos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

§ 1º Os representantes do Poder Público Municipal serão indicados pelos respectivos órgãos e nomeados pelo Prefeito Municipal.

§ 2º A participação no Conselho será considerada prestação de serviço público de relevância, e desta forma não remunerado.

§ 3º Cada membro titular referido nos incisos I e II no Caput deste artigo terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos eventuais.

§ 4º Ficam reservados aos negros 20% (vinte por cento) as vagas para provimento do mandato membros da sociedade civil no Conselho, aqueles que se auto declararem pretos ou pardos no ato da inscrição, quesito cor, raça, utilizado pelo IBGE.

Art. 4º O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos permitindo 01 (uma) única recondução.

Art. 5º O regulamento do processo seletivo dos segmentos sociedade civil nos termos do inciso II do Art. 3º, será elaborado pelo Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em conjunto com a SEMAST e divulgado por meio de edital em até noventa dias, antes do término do mandato vigente à época, observados as

disposições do regimento interno.

Parágrafo único. O disposto no Art.5º não se aplica a primeira composição do Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, cujos representantes da sociedade civil serão convocados pela SEMAST:

I - Ativista, Militantes de Movimentos Sociais LGBT ou ter participação de Seminários, Simpósios ou Conferências de Temáticas LGBT;

II - Disponibilidade de tempo para participar de todas as atividades propostas;

III - Carta de apresentação ou Recomendação de ONG, e ou OSC, com existência comprovada de relatório de atividades nos últimos vinte e quatro meses.

Art. 6º A presidência e vice-presidência do CMLGBT, eleita POR BIÊNIO será alternada anualmente entre as representações do Poder Público e da Sociedade Civil.

Art. 7º O CMLGBT formalizará suas deliberações por meio de resoluções, cuja publicidade deverá ser garantida pela Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho - SEMAST.

Art. 8º O CMLGBT poderá decidir pela instituição de grupos de trabalho, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, por meio de ato prevendo seus objetivos, composição e prazo para conclusão dos trabalhos.

§ 1º Poderão ser convocadas para participar dos grupos de trabalho de representantes de órgãos e entidades públicas do município;

§ 2º Poderão ser convidados para participar dos grupos de trabalho representantes de órgãos e entidades públicas e privadas e representantes das esferas de governo estadual e federal.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho - SEMAST prestará o apoio técnico, administrativo, necessário à execução dos trabalhos do CMLGBT e grupos de trabalho eventualmente instituídos.

Art. 10. O CMLGBT aprovará seu Regimento Interno, com voto de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um (01), da totalidade dos Conselheiros votantes, em reunião especialmente convocada para este fim, dispondo sobre as demais disposições necessárias ao seu funcionamento.

Art. 11. O Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais, deverá contar com uma secretária executiva, destinada pela SEMAST, Secretaria de Assistência Social e do Trabalho, que atuará na organização do Conselho. Essa destinação deverá constar no regime interno do Conselho.

Art. 12. A Secretária Executiva do Conselho terá competência de:

I - assessorar o Conselho Municipal, e os Conselheiros;

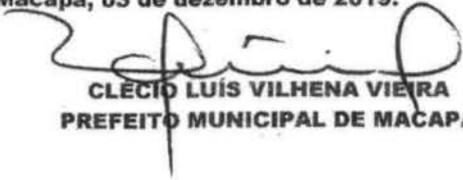
II - preparar e distribuir aos Conselheiros, pautas e reuniões;

III - secretariar e redigir as atas das reuniões

divulgar relatórios de reuniões ordinárias e extraordinárias.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá, 03 de dezembro de 2019.


CLECIO LUÍS VILHENA VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE MACAPÁ

Projeto de Lei nº 012/2019-PMM

Autora: Prefeitura Municipal de Macapá.

DECRETOS

DECRETO Nº 3.772/2019 - PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

Considerando o que consta nos termos do Ofício nº 1203/2019 - GAB/SEGOV/PMM (SIC 226333), datado de 28/11/2019, da Secretaria Especial da Governadoria e Recursos Extraordinários - SEGOV.

Considerando o que dispõe o Decreto Nº 3.759/2019-PMM, datado de 29/11/2019, que concede férias ao servidor Jorge da Silva Pires - Secretário Especial da Governadoria e Recursos Extraordinários-SEGOV/PMM.

DECRETA:

Art. 1º AUTORIZAR a designação do servidor RAIMUNDO SÉRGIO MOREIRA DE LEMOS - Secretário Municipal do Gabinete do Prefeito-GABI/PMM, para responder, cumulativamente, pelo Cargo de Secretário Especial de Governadoria e Recursos Extraordinários do Município de Macapá, em substituição ao titular que estará em período de gozo de férias, no período de 20/12/2019 a 05/01/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 20 de dezembro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 03 de DEZEMBRO de 2019.


CLECIO LUÍS VILHENA VIEIRA
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ

DECRETO Nº 3.807/2019 - PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 222, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Macapá, de acordo com o disposto no artigo 8º, inciso I, da Lei Complementar Nº. 122, de 24 de abril de 2018, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macapá, das Autarquias e das Fundações Públicas, e;

Considerando o resultado final do Concurso Público para preenchimento de vagas da Secretaria